

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: Política Indig. Oficial

Data: 16 de abril de 1984

Pg.: 651

90 Em defesa do índio

Quase sessenta anos depois de inscrita na legislação brasileira, a tutela das populações indígenas pelo Estado continua sendo mais uma idéia generosa do que realidade. Idéia frequentemente negada pela atuação dos órgãos públicos encarregados de colocá-la em prática. E, como se não bastasse, hoje ameaçada na própria letra da lei por dois projetos em tramitação na Câmara dos Deputados.

A causa maior da dificuldade para transformar a tutela legal em proteção efetiva fica bem à mostra no atual conflito entre os Txucarramãe, a direção da Fundação Nacional do Índio e fazendeiros do baixo Xingu. Trata-se da incapacidade do poder público de conter o avanço dos assim chamados "civilizados" sobre as terras indígenas. Enquanto a Funai não cumprir integralmente sua obrigação de demarcar essas terras, as constantes invasões e depredações das fontes de subsistência dos índios continuarão a motivar reações desesperadas como a do chefe Raoni e seus guerreiros.

Dada a desigualdade de forças, a resistência armada esboçada pelos Txucarramãe tem um valor simbólico, embora possa levar a conflitos violentos. Na verdade a simpatia da opinião

pública, a atenção do Legislativo e o amparo da Justiça têm sido alguns dos precários recursos de que se socorrem as populações indígenas nos últimos tempos.

Ameaça-se agora privá-los de alguns desses instrumentos de defesa. Uma alteração contrabandeada para dentro do projeto do novo Código Civil classifica os índios, junto com as crianças e os loucos, como "absolutamente incapazes" de cuidar de seus próprios interesses. Isto os impediria de constituir advogados de sua escolha para representá-los nos tribunais. Outro projeto, de autoria do deputado João Batista Fagundes (PDS RO), pretende emancipar compulsoriamente os índios; na prática, isto só teria o efeito de tornar suas terras legalmente alienáveis.

Diante desse quadro, atos de denúncia como o que se realiza hoje no Museu de Arte de São Paulo — sob o patrocínio da SBPC e da Associação Brasileira de Antropologia — não valem só pelo apoio emprestado à luta de sobrevivência das populações indígenas. Servem também para resgatar, aos nossos próprios olhos, o conceito de civilização aviltado por representantes do Estado nacional no trato com essas comunidades.